

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: O destino do espólio do que já foi o grande Império X	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Sem preconceito	4
Título: Fundo de investimento vai escolher 15 projetos de até R\$ 7 bi.....	6
Título: Investimento no Brasil faz ‘escala’ em países europeus.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Chineses querem comprar Belo Monte	8
VEÍCULO: Valor Econômico.....	9
Título: Preços de minério de ferro e gasolina puxam elevação do IGP-M.....	9
Título: EPE vê reação da indústria e projeta alta do consumo	10
Título: Setor de óleo e gás espera ano difícil, mas com melhoras.....	12
Título: Empresas negam efeito nos negócios.....	13
Título: Curtas	15
Título: Vale deve ser destaque em meio a resultados fracos	16
Título: WEG substitui Impsa em complexo eólico de Furnas	18
Título: Apesar do cenário adverso, CBMM teve lucro de R\$ 1,7 bilhão	20
Título: Petrobras está perto de acordo salarial com sindicatos.....	21
Título: Shell investe em refino e distribuição.....	22
Título: Usinas reduzem vendas de etanol em janeiro	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Glauce Cavalcanti****Título: O destino do espólio do que já foi o grande Império X**

Empresas de Eike Batista estão em recuperação judicial; projetos emblemáticos se encontram parados ou mudaram de dono.

Resta uma fatia pequena do grande Império “X” nas mãos de seu criador. As três maiores companhias do grupo de Eike Batista — a petroleira OGX (atual OGPar), a empresa naval OSX e a mineradora MMX — estão em recuperação judicial, com a participação do empresário diluída em novos arranjos societários em benefício aos credores ou pela venda de ativos a investidores.

Já a antiga LLX, de logística, agora Prumo — que tem como principal ativo o Porto do Açu, em São João da Barra — e a MPX, de energia, hoje Eneva, tiveram o controle vendido a empresas estrangeiras. No Rio, projetos emblemáticos foram cancelados, como o do navio Pink Fleet, ou mudaram de mãos, como ocorreu com a Marina da Glória e o vizinho Hotel Glória.

É retrato contrastante na comparação com imagem projetada no início da década passada, quando a EBX anunciou investimento de US\$ 15,7 bilhões apenas em 2011 e 2012 e um total de US\$ 50 bilhões na construção e operação de seus empreendimentos nos dez anos seguintes. A OGX — uma espécie de joia da coroa e empresa-âncora do Império “X” — captou R\$ 6,7 bilhões em sua chegada à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em junho de 2008, maior oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) realizada no país até aquele momento.

A companhia arrematara 21 blocos na 9ª Rodada de leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em 2013, porém, a petroleira pediu recuperação judicial com uma dívida que batia os R\$ 11 bilhões, arrastando o resto do grupo. Hoje, a OGX se prepara para dar um último passo previsto em seu plano de recuperação, após ter chegado a um acordo com o grupo de credores que detém os direitos da plataforma OSX-3.

A dívida referente ao aluguel da plataforma, usada no campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, chegou a R\$ 700 milhões no fim de 2016. Esses credores vão entrar na partilha da conversão da dívida, que totalizou R\$ 1,92 bilhão em setembro último, em ações. Com isso, os credores assumirão o controle da petroleira, o que deve ocorrer até o início de abril. Eike detém atualmente 50,16% das ações da holding OGPar.

Na nova organização societária, após a conversão da dívida, a participação do empresário será reduzida a 1,29%. A petroleira, porém, continua a enfrentar dificuldades. De janeiro a setembro de 2016, registrou prejuízo de R\$ 55,17 milhões, contra R\$ 165,88 milhões no terceiro trimestre de 2015, quando anunciou a suspensão da produção em Tubarão Azul, na Bacia de Campos. Ano passado, o campo de Tubarão Martelo, o único em operação, chegou a ter as atividades suspensas entre março e julho por inviabilidade econômica.

MMX, OSX, OGPar e OGX divulgaram notas afirmando que a prisão de Eike não vai afetar a condução dos negócios. Um advogado próximo às companhias, contudo, reconhece que o impacto é inevitável: — Sempre atrapalha um pouco. Traz turbulência ao processo. Surgem credores que usam isso para melhorar condições de negociação, por exemplo. De outro lado, reforça a necessidade da recuperação judicial e pode ampliar a chance de vendas de ativos — avalia essa fonte.

A mineradora MMX Mineração e Metálicos, que tem Eike como controlador, pediu recuperação judicial em novembro. A companhia foi criada com três unidades de negócios: a MMX Corumbá, que também entrou no pedido de proteção à Justiça, o Porto Sudeste, que teve o controle adquirido pelo Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, e pela trader Trafigura em 2014, e a MMX Sudeste. No fim do ano passado, a MMX Sudeste também passou para Mubadala e Trafigura, que adquiriram as minas de Tico- Tico e Ipê, da unidade de Serra Azul (MG).

A empresa passa a se chamar Mineiração Morro do Ipê e receberá um aporte imediato de R\$ 70 milhões, a ser usado para pagamento de credores. O Mubadala vem ampliando sua dentada nas empresas de Eike. No início de 2016, o empresário negociou pessoalmente um pacote de transferência de ações de quatro das companhias do grupo “X” para o fundo, incluindo o Hotel Glória. O Mubadala é um dos principais credores da EBX. Em 2012, fez um aporte de US\$ 2 bilhões na holding. No ano seguinte, já com o grupo em crise, transformou o investimento em dívida.

O acordo zerou as dívidas do empresário com os árabes, funcionando como pagamento de débitos. Inaugurado em 1922, o Glória foi comprado por Eike em 2008. Ele prometia um hotel de luxo renovado, com 352 apartamentos e duas suítes presidenciais, pronto para a Copa do Mundo de 2014. Com a crise no grupo “X”, as obras foram paralisadas em 2013. No ano seguinte, foi vendido ao fundo suíço Acron, voltando às mãos do empresário em oito meses. As obras seguem paradas. Procurado, o Mubadala não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Espaço aberto****Autor: Elena Landau****Título: Sem preconceito**

Uma nova onda de privatização começa no País. Além das seis distribuidoras de energia do Grupo Eletrobrás que devem ter leilão realizado até o final do ano, 18 Estados manifestaram interesse ao BNDES de receber apoio para a venda de suas companhias de saneamento. Consultores e avaliadores já estão sendo contratados para meia dúzia dessas empresas, o que, somado às distribuidoras de energia mais a Lotex, dá o tamanho do atual programa de desestatização. Além desses ativos, a lista do governo inclui novas concessões de infraestrutura, com destaque para os aeroportos. Somam-se a isso as negociações do governo federal com os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que devem ser brevemente acompanhados por Minas Gerais. Vemos a possibilidade de mais nove empresas serem candidatas à desestatização, pois serão entregues ao Tesouro como contrapartida.

Segundo estudo da agência Fitch, o patrimônio líquido dessas companhias era de R\$ 34 bilhões em 2015. Temos uma agenda de curto prazo para ninguém botar defeito. Diante da crise fiscal que o País atravessa, esse movimento não surpreende. Infelizmente, no Brasil a desestatização só entra na pauta quando o Estado quebra. Vivemos fenômeno parecido há 20 anos, quando a proibição de bancos estaduais financiarem seus governos estimulou a venda de empresas, principalmente no segmento de distribuição de energia. Sem ter a quem recorrer, restou aos Estados a venda de ativos.

O Programa Nacional de Desestatização, que até então tratava basicamente de empresas federais, ampliou-se na segunda metade dos anos 1990 para incorporar Estados e alguns municípios. Com a melhoria das contas públicas, e a mudança do modelo econômico pelos governos petistas, a privatização mudou de foco e se concentrou nas concessões de infraestrutura e energia, além dos leilões de óleo e gás. Mas a venda de empresas foi interrompida. E, mais grave, numa reação política ao movimento dos governos anteriores, vários Estados incluíram em suas Constituições a proibição de privatizações sem autorização explícita da Assembleia Legislativa ou até exigindo plebiscito, caso do Rio Grande do Sul.

Como havia a sensação de que a crise nas finanças era coisa do passado, a desestatização não era mais um mal necessário. Mesmo com a universalização dos serviços de energia e telecomunicações, em oposição à péssima situação no saneamento básico, que perdura até hoje, a desestatização não era percebida como um instrumento de reforma do Estado e de melhoria da qualidade de vida

da sociedade. Aí veio a “contabilidade criativa”, mais a leniência do Tesouro Nacional com endividamento dos Estados, criando a sensação de que os recursos públicos eram infinitos.

Mas a conta chegou. Novamente governos em todos os níveis enfrentam restrições fiscais ainda mais graves que nos anos 90. Não só estão impossibilitados de fazer os investimentos necessários que os serviços públicos, como saneamento, demandam, como muitos nem conseguem dar conta de suas folhas de pagamento e de suas obrigações básicas. Essa situação crítica, herdada de um governo alquimista, que se pensava tão poderoso que até criar dinheiro conseguia, trouxe de volta a agenda da privatização, pois novamente não existem muitas opções de ajuste além da venda de ativos. Até o PCdoB, que governa o Maranhão, capitulou e a Caema é uma das empresas da lista do BNDES.

Além do problema fiscal, a privatização hoje tem mais adeptos, ou, melhor dizendo, menos críticos, em consequência das revelações da Operação Lava Jato e da destruição de valor das empresas estatais por conta do uso político que o governo passado fez delas, seja controlando preços, seja fazendo investimentos de retorno, no mínimo, duvidoso. Boa parte da sociedade perdeu a confiança no governo como acionista, investidor dos seus impostos e administrador dos seus fundos de aposentadoria. Pena que esse movimento de apoio à desestatização não venha da convicção de haver coisas mais importantes para o Estado cuidar do que atividades, mesmo que serviços públicos, que podem ser bem conduzidos pela iniciativa privada.

É evidente que a delegação de tais atividades e serviços pressupõe uma regulação forte e independente. Para isso é necessário percorrer um longo caminho de recuperação da autonomia das agências, fragilizadas pelos governos recentes, que não acreditavam na sua independência, o que demanda o fim do contingenciamento de recursos e, principalmente, a indicação de seus membros com base na qualidade técnica, e não em afinidades eletivas. Como diz o ditado que “de toda crise nasce uma oportunidade”, espero que o momento ponha a privatização em definitivo na agenda da reforma do Estado.

E essa agenda não deve ficar restrita aos Estados. O governo federal vem exigindo, com razão, a entrega de ativos estaduais como contrapartida nas negociações com o Tesouro Nacional, mas pode e deve dar sua contribuição incluindo no programa de desestatização empresas controladas por ele. O País ainda tem cerca de 150 estatais. Uma comissão para avaliar o que pode ser posto à venda ajudaria a montar um programa de desestatização mais amplo, com foco numa efetiva revisão da atuação do Estado na esfera econômica.

A discussão recente em torno da PEC que limita gastos deixou claro que não há como o governo gastar ou investir mais. A prioridade dada aos gastos com saúde e educação pôs a reforma da Previdência, antes tema proibido, na ordem do dia, porque sem um ajuste profundo as contas da seguridade podem não fechar. A reforma tributária deve ser a próxima da lista. A privatização pode se juntar a essas reformas para definir o Estado queremos e podemos ter. Sem tabus, sem preconceitos.

Economista, Advogada, sócia do escritório Sérgio Bermudes Advogados, é membro do conselho de administração da Eletrobrás

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Murilo Rodrigues Alves

Título: Fundo de investimento vai escolher 15 projetos de até R\$ 7 bi

Seleção de projetos que vão integrar o FI-FGTS tem novas regras para evitar prejuízos, como os que ocorreram em 2015.

A Caixa Econômica Federal publicou ontem o primeiro edital de chamada pública para seleção de projetos do fundo de investimento que usa parte do FGTS para aplicar em infraestrutura, o FI-FGTS. Trata-se de um novo modelo adotado no fim do ano passado, depois de o fundo registrar prejuízo recorde em 2015 e estar sob alvo da Operação Lava Jato.

Segundo a Caixa, administradora do fundo, a primeira chamada pública ofertará até R\$ 7 bilhões para investimentos em até 15 projetos de saneamento, aeroportos, hidrovias, ferrovias, portos, rodovias e energia. Os interessados terão um prazo de aproximadamente 45 dias para submeterem suas propostas para avaliação. A Caixa vai organizar road show em algumas capitais brasileiras e workshop de esclarecimentos sobre o edital.

O grande risco é a fase pré-operacional, que nas operações do FI-FGTS terão fiança bancária. Em 2015, o FI-FGTS fechou com a menor rentabilidade da história, negativa de 3%, com perda de R\$ 900 milhões no patrimônio. Os dados consolidados de 2016 ainda não foram publicados. A principal razão para o resultado tão ruim no ano anterior foi o provisionamento de R\$ 1,8 bilhão para cobrir os prejuízos do colapso da Sete Brasil, criada para construir os navios sondas do pré-sal.

O conselho curador do FGTS chegou a condicionar a aprovação das contas de 2015 à divulgação pela Caixa de uma auditoria que está sendo levada a cabo sobre os aportes de R\$ 4,2 bilhões decididos na época em que Fábio Cleto, ex-

vice-presidente da Caixa, integrava o comitê. Ligado ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, Cleto apontou, na delação premiada, um esquema de corrupção para que as empresas conseguissem recursos do FI-FGTS. Com o depoimento dele, o fundo, criado no governo Lula, entrou de vez na mira da Lava Jato.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro

Título: Investimento no Brasil faz 'escala' em países europeus

À procura de tributações mais baixas, investimentos de outras origens antes passam por nações como Luxemburgo e Holanda.

Em busca de vantagens tributárias, corporações globais têm utilizado economias menores da Europa como interposto para investimentos produtivos no Brasil. Dados do Banco Central mostram que no ano passado US\$ 10,524 bilhões vieram da Holanda para o Brasil e foram aplicados em participação em empresas locais. No caso de Luxemburgo, foram US\$ 7,395 bilhões. A Holanda lidera o ranking do BC de Investimento Direto no País (IDP) há quatro anos, à frente mesmo dos EUA, que possui dezenas de companhias com atuação global.

Luxemburgo também aparece há anos nas primeiras posições, mas nos dois casos, boa parte dos recursos não tem origem nos países. Especialistas ouvidos pelo Estado explicam que isso é consequência direta da globalização financeira, que faz o capital migrar para países onde a tributação é menor. “A Holanda funciona hoje como um paraíso fiscal. Suas condições de tributação, principalmente sobre o lucro, são extremamente interessantes quando comparadas com outros países dentro do continente europeu”, explica Otto Nogami, professor de economia do MBA Insper.

No caso específico da Holanda, uma boa parcela dos aportes produtivos no Brasil está, de fato, vinculada a companhias holandesas, como a Shell (energia) e a Heineken (bebidas), que têm negócios consolidados no País. “Mas é difícil alguém citar alguma empresa de Luxemburgo presente no Brasil”, diz Lima. O levantamento também mostra que outros países podem participar dessa triangulação de recursos, como as Ilhas Cayman e Bahamas, que investiram em empresas brasileiras no ano passado.

Anualmente, o BC realiza o Censo de Capitais Estrangeiros, que busca avaliar não o fluxo (dinheiro que entra), mas sim o estoque (capital estrangeiro que permanece investido). Por meio dele, é possível verificar a origem do dinheiro, que chega no Brasil, e não apenas o País investidor imediato.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Alessandra Azevedo**Título:** Chineses querem comprar Belo Monte

As empresas chinesas continuam de olho no setor elétrico brasileiro. O novo alvo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, terceira maior do mundo, ainda em construção, no Rio Xingu, no sudoeste do Pará. Embora a negociação não tenha sido oficialmente confirmada pelas empresas acionistas consultadas pelo Correio — entre elas, a estatal Eletrobras, que detém 49,98% de participação, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Vale, além dos fundos de pensão Petros, dos funcionários da Petrobras, e Funcef, dos servidores da Caixa Econômica Federal —, a expectativa é que a venda ocorra nos próximos meses.

Empresas como State Grid e China Three Gorges (CTG) são algumas das possíveis interessadas na compra, caso o consórcio Norte Energia, responsável pela coordenação e pela construção da hidrelétrica, decida, de fato, vender a usina. No Brasil há cerca de cinco anos, as chinesas têm feito investimentos intensos no setor elétrico. A CTG, sozinha, investiu mais de R\$ 15 bilhões desde que chegou ao país, em 2013. Só nos últimos três anos, a empresa comprou as hidrelétricas de Salto, Garibaldi, Jupia e Ilha Solteira, além de metade dos projetos de construção das usinas de Santo Antônio do Jari e de Cachoeira Caldeirão. A empresa adquiriu também um terço da Hidrelétrica de São Manoel.

Também interessada no setor elétrico, a chinesa State Grid, no Brasil desde 2011, adquiriu, por R\$ 5 bilhões, 51% da participação no consórcio IE Belo Monte. Responsável pela construção da segunda linha de transmissão da usina, a empresa asiática conseguiu, este ano, o controle acionário da CPFL Energia, ao comprar 54,64% de participação nas ações, por R\$ 14 bilhões. Sobre a possibilidade de negociação de Belo Monte, a State Grid afirmou “não ter comentários sobre o assunto”. Já a CTG Brasil disse que “não comenta rumores de mercado”.

Segundo a publicação Investimentos Chineses no Brasil 2014-2015, divulgada em novembro pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), os investimentos do país asiático no Brasil cresceram de US\$ 2 bilhões (mais de R\$ 6 bilhões, em dólares atuais), em 2014, para US\$ 9,4 bilhões no ano seguinte, o que equivale a cerca de R\$ 30 bilhões. A usina hidrelétrica de Santo Antônio, na Região Norte, também deve ser vendida para uma empresa chinesa nos próximos meses. A SPIC tem competido com a canadense Hydro Quebec pela usina.

O interesse dos chineses pode coincidir com a necessidade dos fundos de pensão de fazerem caixa (veja matéria abaixo). Detentora de 10% das ações de

Belo Monte, a Funcef negou a existência de diálogo ou decisão sobre venda da usina. A Petros, que detém outros 10%, também não confirmou a negociação. “A Petros não comenta operações de investimentos, por se tratar de uma questão estratégica. Cabe destacar que oportunidades de investimentos e desinvestimentos são sempre avaliadas em busca de segurança e da melhor rentabilidade para o patrimônio dos participantes”, disse a fundação, em nota. Procurada pelo Correio, a Norte Energia, concessionária da usina, preferiu não se manifestar.

Histórico

Em janeiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a hidrelétrica de Belo Monte a iniciar a operação comercial da décima unidade geradora. Atualmente com 10 turbinas em funcionamento e 2.677 megawatts de capacidade instalada, a usina, prevista para ter as obras finalizadas nos próximos dois anos, tem orçamento estimado em R\$ 25,9 bilhões, dos quais R\$ 22,5 bilhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ela foi responsável por 21% do aumento da capacidade instalada para geração de energia elétrica no Brasil em 2016, segundo a Aneel.

Leiloadada em 2010, por R\$ 25,8 bilhões, e inaugurada em 2015, Belo Monte deve ser concluída em 2019. A capacidade final instalada será de 11.233 megawatts, suficiente para atender 60 milhões de pessoas em 17 estados, o que representa cerca de 40% do consumo residencial de todo o país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Preços de minério de ferro e gasolina puxam elevação do IGP-M

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) registrou alta de 0,64% em janeiro, influenciado pela altas do minério de ferro, do diesel e da gasolina no atacado, e pelo reajuste de mensalidades escolares no varejo. Os preços agropecuários no atacado, por outro lado, tiveram queda mais pronunciada e frearam o avanço do indicador, que serve de referência para o reajuste de contratos, como os de aluguel.

A taxa do veio abaixo da média de 0,72% estimada por 14 economistas consultados pelo Valor. O intervalo das estimativas ia de 0,57% a 0,79%. No atacado, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu de 0,69% em dezembro, para 0,70% em janeiro. A aceleração do IPA de produtos industriais,

de 1,52% para 1,73%, foi compensada pela queda maior do IPA de produtos agrícolas, que passou de -1,39% para -1,99%.

Apesar de registrar desaceleração, de 17,53% para 13,08%), o minério de ferro seguiu como um dos principais responsáveis pela alta do IPA, que tem peso de 60% no IGP-M. Também influenciaram o óleo diesel (de -2,21% para 7,62%) e a gasolina automotiva (de 2,05% para 3,89%).

Na separação por estágios de produção, os bens finais saíram de queda de 0,26% para alta de 0,18%, puxados pelos alimentos processados (-0,15% para 0,39%). Os bens intermediários subiram de 0,53% para 1,05%, por conta de combustíveis e lubrificantes para a produção (de -0,51% para 5,70%). As matérias-primas desaceleraram de 1,96% para 0,91%, por conta de soja (em grão (0,38% para -4,20%) e aves (-0,76% para -3,73%).

A Rosenberg Associados avalia, em relatório, que o IGP-M deve continuar em fevereiro o processo de desaceleração no acumulado de 12 meses. A alta de 0,64% de janeiro na comparação com dezembro fez com que o acumulado de 12 meses do índice passasse de 7,2% para 6,65% no mesmo período. "No primeiro trimestre de 2017, o IGP-M deverá registrar variações menores do que as registradas no mesmo período de 2016", afirma a consultoria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: EPE vê reação da indústria e projeta alta do consumo

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê o aumento do consumo de energia do setor industrial brasileiro este ano, na comparação com 2016. O crescimento, de acordo com a estatal, deve se dar pela utilização da capacidade instalada ociosa das fábricas em caso de recuperação gradual da demanda interna.

"Com grande parte dos ajustes na atividade produtiva já realizados em 2015 e 2016, tais como de mão de obra, adequação dos investimentos, redução de estoques, adaptação da capacidade produtiva, entre outros e, em função da base baixa de 2016 [...] a expectativa é que o segmento industrial pode ter um desempenho melhor em 2017", disse o presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso.

De acordo com dados divulgados ontem pela estatal de estudos energéticos, o consumo de energia da classe industrial em dezembro alcançou 13.453 gigawatts-hora (GWh), com alta de 0,9% ante igual período de 2015. Foi o

segundo mês seguido de alta, após 32 meses consecutivos de queda (desde março de 2014), nesse tipo de comparação.

"As taxas anuais de variação do consumo industrial de cada mês foram se tornando menos negativas ao longo 2016, principalmente no segundo semestre", destacou a EPE, em documento sobre o assunto. De acordo com a estatal, entre dezembro de 2016 e o do ano anterior, quatro dos dez principais segmentos consumidores de energia da indústria registraram crescimento do consumo: têxtil (8,6%), papel e celulose (8,3%), automotivo (5,1%) e metalúrgico (3,8%).

Na semana passada, em reportagem publicada pelo Valor, economistas avaliaram que a produção industrial brasileira cresceu 3% em dezembro, ante igual período de 2015. Um dos destaques de crescimento do consumo de energia em dezembro, o setor automotivo teve um incremento da produção de 40,6%, na comparação com igual mês do ano anterior, de acordo com a Anfavea.

Com relação ao Brasil como um todo, o presidente da EPE também estima uma melhora do consumo em 2017. "Com a retomada gradual das atividades econômicas no país, e na persistência das condições climáticas com temperaturas mais altas como as observadas nesse início de ano, espera-se um nível pouco mais elevado no consumo de eletricidade em 2017", afirmou.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o consumo de energia está diretamente ligado ao desempenho da economia. "O consumo de energia só deve ter crescimento mais acentuado na medida em que a economia se recupere. Enquanto isso, estamos andando de lado na economia e no consumo de energia".

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro, o comportamento do consumo de energia continua muito atrelado à crise econômica e política que o país vive. Com isso, pode haver aumento da sobrecontratação das distribuidoras, o que "indica a necessidade urgente do ministério de Minas e Energia de reduzir esta fonte de desequilíbrio, como foi sinalizado com a proposta dos leilões de desconstrução e dos ajustes entre agentes".

Em 2016, o consumo de energia do país foi de 460 mil GWh, com retração de 0,9% em relação ao ano anterior. Foi o segundo ano consecutivo de queda do consumo, que voltou a patamar menor que o observado em 2013, de 463.740 GWh, refletindo o mau desempenho da economia brasileira.

Além do setor industrial, contribuiu para o resultado negativo o fraco desempenho do segmento de comércio e serviços, cujo consumo no ano

passado recuou 2,5%, na comparação com 2015, para 88.185 GWh. O segmento foi o único que registrou queda em dezembro, em relação a igual período do ano anterior, de 3,3%.

Para a classe comercial, Barroso também vê uma possível recuperação gradual das atividades do segmento em 2017, devido à redução da taxa de juros e outros fatores, porém atenuada pela demora na melhora no mercado de trabalho.

O setor residencial fechou 2016 com alta de 1,4% do consumo de energia, para 132.893 GWh. Apesar do aumento, a variação ainda está abaixo da média observada entre 2004 e 2015, cujo crescimento foi de 4,8% ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Setor de óleo e gás espera ano difícil, mas com melhoras

Diante da retomada dos leilões do pré-sal em 2017 e das mudanças no marco regulatório do setor, a confiança da indústria brasileira de óleo e gás melhorou. Estudo da consultoria norueguesa DNV GL mostra que executivos do setor ainda esperarem um ano difícil, mas já estão mais otimistas com as oportunidades de negócios.

O levantamento, que ouviu 723 profissionais, dos quais 50 do Brasil, mostra que a confiança nas perspectivas para a indústria de óleo e gás mais que triplicou no país, de 16% em 2016 para 50% em 2017. A média global, para efeitos de comparação, é de 32%.

O diretor da consultoria norueguesa, Alex Imperial, destaca que a pesquisa reflete um otimismo maior dos executivos brasileiros com algumas sinalizações regulatórias importantes. Ele cita como exemplo o fim da obrigatoriedade da operação da Petrobras no pré-sal, as discussões em torno da mudança do marco regulatório do gás natural e a intenção do governo de instituir um calendário de leilões anuais de blocos exploratórios.

"O ano de 2017 ainda vai ser difícil, mas com um sentimento de esperança que não tínhamos em 2016. Existem coisas concretas que já foram feitas e outras que já estão se desenhando", comenta Imperial. Ele lembra que, em 2016, o Brasil vivia uma tempestade perfeita: uma crise econômica e incertezas políticas em torno do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, e um cenário de cortes de investimentos em meio aos desdobramentos da Lava-Jato e da queda dos preços do barril do petróleo.

É justamente porque a crise no Brasil é mais intensa, conta Imperial, que as notícias positivas mexem mais com o humor do mercado e justificam o otimismo maior do setor no país do que no restante do mundo.

Apesar do aumento da confiança, os executivos no Brasil ainda esperam que 2017 seja um ano ruim para os negócios. A minoria (44% dos entrevistados) espera aumentar ou manter estável os investimentos este ano, embora a indústria mundial se mostre mais pessimista: a média global é de 39%. O percentual de brasileiros que esperam contratar para aumentar seu quadro de pessoal é de 22%, dez pontos percentuais acima da média global.

Do ponto de vista da lucratividade dos seus negócios, no entanto, a indústria brasileira está mais pessimista. Segundo a DNV GL, apenas um quarto (26%) dos profissionais seniores do setor no Brasil esperam alcançar suas metas de lucro neste ano, contra 34% das expectativas globais.

"A indústria está se preparando para um crescimento que pode vir em 2018. A confiança aumenta, mas os executivos ainda acreditam na queda das receitas. É natural. As mudanças geralmente têm um período de maturação até que gerem projetos tangíveis", disse Imperial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Rodrigo Rocha, Juliana Machado e Francisco Góes

Título: Empresas negam efeito nos negócios

Cinco empresas ligadas a Eike Batista e listadas na BM&FBovespa se apressaram, ontem, em negar eventuais efeitos para as companhias com as medidas judiciais tomadas no âmbito da Operação Eficência, da Polícia Federal, que levaram o empresário à prisão. A MMX, OSX e CCX informaram em comunicados que o bloqueio de bens de Eike, que possui participação acionária relevante nas três empresas, não está vinculado ou recai sobre bens e ativos das empresas. A OGX e a OGPar informaram, em pedido de esclarecimento solicitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que a ordem de prisão de Eike "não produz efeitos" sobre os negócios das companhias, que encontram-se em recuperação judicial, assim como a empresa de estaleiros OSX e a mineradora MMX.

Na semana passada, a 7ª Vara Federal Criminal do Rio bloqueou R\$ 158 mil nas contas de Eike e R\$ 57 milhões em nome do advogado Flávio Godinho, ex-executivo do grupo EBX e que elaborou, segundo as investigações da Operação Eficência, o repasse de propina para o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, preso desde novembro do ano passado. Eike e Godinho são acusados de

repassar propinas de US\$ 16,5 milhões a Cabral. A Justiça Federal informou que como ainda há diligências pendentes permanece o sigilo sobre o processo que determinou o bloqueio dos bens de Eike e Godinho.

Em outros processos que tramitam na 3ª Vara Federal Criminal do Rio, em que Eike é acusado de crimes contra o sistema financeiro nacional, ele já tinha R\$ 138 milhões bloqueados pela Justiça. Eike tem 56,22% do capital da CCX Carvão da Colômbia, empresa listada na bolsa. Na OSX, Eike tem pouco mais de 49% do capital total e ainda controla a holding MMX S.A. com 57% do capital da companhia. Além dessas ações, Eike tem outros bens, como uma mina de ouro, que ele disse ainda lhe pertencer. Em 2011, o grupo EBX assumiu, via subsidiária AUX, o controle da canadense Ventana Gold, que na época detinha os direitos de exploração de duas concessões de ouro e prata na Colômbia.

Ontem, em fato relevante, a CCX informou que a empresa vai realizar reunião do conselho de administração, na sexta-feira, para discutir eventuais medidas a serem adotadas em relação ao fato de Eike ainda integrar a diretoria da companhia. Fonte disse que, embora não haja impedimento pela legislação para o empresário exercer a função de diretor da CCX enquanto não houver condenação, a situação é "sui generis". A CCX vendeu os ativos de carvão na Colômbia e a tendência é de que a empresa diminua mais os custos via liquidação de subsidiárias no exterior, como no caso da Colômbia.

A OGX, que também está em processo de reestruturação da dívida com credores, informou que Eike não detém ações de emissão e não possui relação de controle com a companhia. "A OGX não possui um controlador definido desde 16 de outubro de 2014, data em que, em cumprimento ao seu plano de recuperação judicial, a maior parte dos créditos listados no âmbito do processo de recuperação foi convertida em ações de emissão da companhia, fazendo com que a participação da Óleo e Gás Participações na OGX, a qual, anteriormente, era de aproximadamente 100%, fosse reduzida, chegando a, aproximadamente, 25,89% na presente data".

A companhia destacou que Eike não exerce qualquer função na administração da OGX, seja na diretoria ou no conselho de administração. O mesmo se dá na OSX e na MMX. "A ordem de prisão do Eike Fuhrken Batista noticiada pelos veículos de mídia não produz efeitos nos negócios da companhia, ou mesmo na continuidade do cumprimento dos compromissos assumidos junto a seus credores", disse a OGX. A Óleo e Gás Participações (OGPar) disse que o pedido de prisão Eike não produz efeitos nos negócios da companhia.

Embora as empresas do grupo X tenham sido unânimes em dizer que a prisão de Eike não as afeta, o fato é que a derrocada do grupo produziu efeitos negativos. O bloco formado por OGX, CCX, OSX e MMX acumulam até os

resultados do terceiro trimestre de 2016 prejuízo de R\$ 24,5 bilhões e um passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 5,05 bilhões.

A OSX é a que apresenta pior resultado líquido, com prejuízo acumulado de R\$ 8,3 bilhões e passivo a descoberto de R\$ 3,64 bilhões. O valor de mercado da companhia também não é nem sombra do que já foi. Em 28 de dezembro de 2012, a companhia era avaliada em R\$ 3,13 bilhões, hoje a avaliação de R\$ 45,7 milhões. A MMX, que registrou patrimônio negativo de R\$ 918 milhões e prejuízo acumulado de R\$ 6,2 bilhões no último balanço, viu seu valor de mercado cair 98,8% desde o fim de 2012, para R\$ 33,67 milhões. A perda de valor dos papéis da OGX, CCX, MMX e OSX desde 2012 foi de mais de 90% em 5 anos. Levantamento feito pelo Valor mostra que os papéis quase zeraram de valor desde 2012, até o fechamento de sexta-feira. A ação da OGX vale R\$ 4,46, 99,7% menos do que os R\$ 1.362 de 2012.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Santo Antonio e Ibama

O Tribunal Regional Federal da 1.a Região proferiu ontem uma decisão suspendendo a decisão de primeira instância que havia determinado que o Ibama precisaria realizar nova audiência pública para elevação do reservatório da hidrelétrica Santo Antonio - necessária para que a usina iniciasse a operação comercial das seis unidades geradoras adicionais. O Ibama havia dado a autorização especial para elevação do reservatório no fim do ano passado, mas precisou suspender depois que uma decisão de 13 de janeiro tornou obrigatória a realização de uma nova audiência pública.

Odebrecht rebaixada

A Fitch Ratings rebaixou de "Bsf(bra)" para "Csf(bra)" o rating nacional de longo prazo da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações. Segundo a Fitch, o rebaixamento do rating reflete a deterioração da qualidade de crédito da companhia. A agência considerou, em sua análise, as propostas da companhia, junto a alguns de seus credores, de renegociação das condições de parcela relevante de suas dívidas corporativas, visando a adequar os vencimentos à menor geração operacional de caixa, afetada pelo fraco desempenho da economia brasileira.

Eletronuclear e Angra 3

A Eletronuclear declarou a nulidade da licitação para a contratação dos serviços de montagem eletromecânica da usina nuclear de Angra 3. A decisão, assinada pelo presidente da estatal, Bruno Barretto, havia sido antecipada pelo Valor e foi publicada ontem no "Diário Oficial da União". O executivo indeferiu pedidos de reconsideração apresentados pelas empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, UTC, Techint, Odebrecht e EBE - que formavam o consórcio Angramon, que havia ficado responsável pelo serviço, orçado em mais de R\$ 2 bilhões e foi um dos contratos investigados pela operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carrança

Título: Vale deve ser destaque em meio a resultados fracos

A Vale promete ser o grande destaque de uma temporada de balanços ainda marcada pelos resultados fracos de companhias que dependem do mercado consumidor interno, enquanto exportadoras de commodities se beneficiam de cotações favoráveis.

O período de divulgação das demonstrações contábeis do quarto trimestre e do ano de 2016 teve início na quinta-feira, com o Santander reportando um lucro líquido de R\$ 1,99 bilhão, num crescimento de 23,8% na comparação anual. Na noite de ontem, Cielo e Fibria publicaram seus números.

Prévia elaborada pelo banco BTG Pactual, a partir de um universo de 108 empresas, representando 90% dos lucros consolidados da bolsa brasileira, aponta para receita líquida consolidada de R\$ 286,8 bilhões de outubro a dezembro do ano passado, 8,3% abaixo dos R\$ 312,6 bilhões do quarto trimestre de 2015.

Se na primeira linha os balanços das empresas continuam a refletir a recessão econômica, a previsão do banco é de crescimento de margens e lucro, graças a iniciativas de corte de custos.

O BTG calcula um lucro líquido consolidado de R\$ 38,9 bilhões para as companhias de seu universo de cobertura no último trimestre de 2016, mais de quatro vezes o ganho registrado um ano antes. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) é projetado em R\$ 59,8 bilhões, alta de 51,3%.

"A economia não apresentou sinais de melhora, então dificilmente vão ter grandes surpresas positivas ou grandes melhoras de resultados no quarto trimestre", afirma o estrategista do BTG Pactual, Carlos Eduardo Sequeira.

"De uma maneira geral, a tendência para quem vende no mercado doméstico é de resultados fracos", diz o analista. Já para as exportadoras de commodities, o destaque é o minério de ferro, devido aos preços elevados do trimestre.

No quarto trimestre, o preço médio do minério com teor de 62% de ferro negociado no porto chinês de Tianjin foi de US\$ 69,90 por tonelada. De julho a setembro, a média ficou em US\$ 59 por tonelada, enquanto no quarto trimestre de 2015, a commodity foi negociada a uma média de US\$ 46,20 por tonelada, segundo dados da consultoria The Steel Index.

"A Vale deve ser disparado, das grandes, o destaque mais positivo", acredita o estrategista do Itaú BBA, Lucas Tambellini. "A empresa continua entregando um custo muito baixo de minério e vendendo na China a um preço melhor, isso está se refletindo no preço das ações", diz.

Os papéis preferenciais classe A (PNA) da Vale acumulam valorização de 351% nos últimos 12 meses, enquanto as ações ordinárias subiram 261% em um ano.

Para outra gigante, a Petrobras, as expectativas dos analistas é de um resultado operacional forte, devido à cotação do petróleo mais alta e aos preços dos combustíveis mais ajustados, desde a implementação da nova política de preços da estatal, em outubro.

Quanto aos resultados financeiros, ninguém arrisca um palpite, devido aos recorrentes "efeitos não recorrentes" dos balanços da companhia desde 2014. Mas a venda de ativos e a queda na taxa de câmbio ao longo do ano, aliviando o custo da dívida, pesam a favor da petroleira.

O dólar Ptax fechou o quarto trimestre cotado a R\$ 3,26, contra R\$ 3,25 ao fim de setembro e R\$ 3,90 em dezembro de 2015. O dólar de fechamento trimestral determina a marcação a mercado da dívida indexada à moeda.

A cotação média do dólar no quarto trimestre foi de R\$ 3,29, comparado a R\$ 3,25 de julho a setembro e R\$ 3,84 nos últimos três meses de 2015. O dólar médio influencia a atratividade das exportações brasileiras. Assim, apesar dos preços favoráveis da celulose no trimestre, as exportadoras do insumo não devem ter resultados de tanto destaque, devido à valorização do real.

No front doméstico, o cenário é de maior desalento. A fabricante de bebidas Ambev, por exemplo, deve registrar novamente queda de receitas, de Ebitda e

de margens, puxada pelo desempenho do seu negócio brasileiro de cervejas, acredita o analista do J.P. Morgan, Pedro Leduc.

Construção civil, varejo e shopping centers também devem ter um trimestre ainda fraco, na visão dos analistas, apesar da expectativa de recuperação à frente, diante da redução acelerada da taxa básica de juros.

Como exceção, o estrategista-chefe da Eleven Financial, Adeodato Volpi Netto, destaca o Grupo Pão de Açúcar no varejo de alimentos, que em prévia operacional reduziu a distância da sua taxa de expansão das vendas com relação ao seu principal concorrente no país, o grupo Carrefour.

Já no varejo de bens de consumo duráveis, as expectativas positivas recaem sobre o Magazine Luiza. "Em todo o setor de varejo tende a ser o resultado que mais vai surpreender positivamente", diz Volpi Netto. "Eles foram muito rápidos ao compreender ainda em 2015 a necessidade de aliviar sua estrutura de custo fixo para ter uma operação mais leve", afirma.

O ajuste das operações das empresas durante a crise deve ser em grande parte responsável por melhoras de margens, num contexto ainda de receitas em baixa. "A receita em queda é um reflexo da recessão que continua, já a melhora de margens tem a ver com um esforço muito grande que as empresas têm feito de reduzir custos", destaca Sequeira.

Apesar do ganho de eficiência, o custo financeiro ainda deve pesar sobre a linha final dos balanços. "O lucro ainda vem machucado porque as companhias alavancaram demais. Não tiveram velocidade para reduzir custos e despesas na mesma velocidade em que perderam receitas e precisaram compensar via dívida. Isso deve prejudicar na média o lucro", conclui Volpi Netto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: WEG substitui Impsa em complexo eólico de Furnas

A catarinense WEG substituirá a argentina Impsa no fornecimento de aerogeradores para pelo menos um complexo eólico de Furnas, informaram ao Valor quatro fontes com conhecimento do assunto. A empresa venceu concorrência realizada pela estatal para a entrega de equipamentos para o complexo de Itaguaçu, formado por dez parques, totalizando 280 megawatts (MW) de capacidade instalada, na Bahia.

Furnas tem 98% de participação no complexo de Itaguaçu, após ter comprado em 2015 a participação de 49% do Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Salus no empreendimento. Os 2% restantes pertencem à Casa dos Ventos.

De acordo com uma fonte com conhecimento do assunto, a WEG foi a única participante da licitação. Alguns fabricantes entenderam que o valor proposto não era interessante. Procurada, a WEG disse não ter nada para manifestar no momento.

Ao Valor, Furnas informou que não participa diretamente em complexos eólicos, somente em parceria, e que estão em andamento algumas licitações, porém não concluídas e sem contratação até o momento.

Itaguaçu faz parte dos 21 parques eólicos dos quais Furnas possui participação e que venderam energia no leilão do tipo "A-5" de 2013, com início de fornecimento de energia para maio de 2018. Na ocasião, os parques venderam energia pelo valor de R\$ 121 o megawatt-hora (MWh).

Há expectativa de que Furnas realize concorrências semelhantes para os complexos Acaraú, de 70 MW de capacidade, no Ceará, e Famosa III, de 125 MW, e Serra do Mel, de 84 MW, ambos no Rio Grande do Norte. Não se sabe porém o estágio desses processos.

Segundo fontes do setor, Furnas possui ao todo cerca de 1 mil MW de projetos eólicos a serem construídos. Desses, a grande maioria utilizaria máquinas fornecidas pela Impsa. Em 2014, a unidade brasileira da Impsa voltada para fabricação de aerogeradores enfrentou dificuldades financeiras e entrou com pedido de recuperação judicial, paralisando suas atividades.

De acordo com informações de Furnas, a empresa possui participações em nove complexos eólicos, incluindo Itaguaçu. Desses apenas um, Brasventos, no Rio Grande do Norte, está em operação. O restante, segundo a estatal, está em fase de licenciamento e contratação de fornecedores.

No mercado, a principal aposta é de que Furnas tentará devolver parte dos projetos com dificuldade de implantação no leilão de desconstrução, em estudo pelo Ministério de Minas e Energia. Ao Valor, a estatal informou na última semana que, nos projetos dos quais a companhia participa minoritariamente e que possuem energia de reserva contratada, o assunto ainda não foi analisado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Apesar do cenário adverso, CBMM teve lucro de R\$ 1,7 bilhão**

Em um ano de ajustes para enfrentar a crise de seu principal cliente, a siderurgia, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pelo grupo Moreira Salles, obteve crescimento em seu resultado em 2016. Mas isso se deve aos ganhos com a valorização do real. No lado operacional, o período ainda foi de encolhimento, apesar do faturamento maior no mercado interno.

A companhia registrou lucro líquido de R\$ 1,72 bilhão no ano passado, alta de 16%. As receitas com a variação cambial ficaram em R\$ 194,2 milhões contra despesas de R\$ 300,6 milhões em 2015. Isso levou a um resultado financeiro positivo em R\$ 304,8 milhões, em relação a R\$ 300,6 milhões no vermelho de um ano antes. Esse foi o grande motivador do crescimento.

Em 2016, a CBMM demitiu cerca de 170 trabalhadores em razão do ambiente adverso para seus negócios. A companhia produz e processa o nióbio, utilizado principalmente em ferroligas destinadas ao aumento de resistência e estabilidade térmica do aço. Sozinha, a mineradora explora cerca de 80% do nióbio produzido mundialmente. Os Moreira Salles, que também participam do controle do Itaú Unibanco, detêm 70% das ações. Dois consórcios, uma japonês/sul-coreano e outro chinês detêm 30%.

Também no ano passado os acionistas decidiram trocar o comando da empresa após oito anos com o mesmo executivo. Tadeu Carneiro deixou a mineradora e foi substituído por Eduardo Augusto Galvão Ribeiro, que atuava como diretor operacional. Em comunicado, a companhia disse que a saída se deu "em comum acordo" entre o conselho de administração, presidido por Pedro Moreira Salles, e Carneiro.

No lado operacional, 2016 significou recuo. A receita líquida caiu 7,3%, para R\$ 4,57 bilhões. Apesar da baixa, o faturamento subiu 5% no mercado interno, para R\$ 233,3 milhões. Ao mesmo tempo, os custos totais de venda caíram apenas 2,2%, para R\$ 1,65 bilhão, derrubando o lucro bruto em 10%, para R\$ 2,91 bilhões.

O balanço mostra que as despesas operacionais pesaram mais sobre o resultado. A redução de 3,7%, para R\$ 458,9 milhões, foi insuficiente, e o total representou 10% da receita, ante 9% em 2015. Uma linha que chama a atenção - não explicada nas demonstrações financeiras - é a de "outras perdas líquidas",

com R\$ 327,6 milhões de gastos. No ano anterior, havia ficado em R\$ 165,1 milhões.

O nióbio interessa bastante à China, uma vez que, além dos 15% que possui na maior produtora mundial do metal por meio de empresas do país, também adquiriu por outro veículo, a China Molybdenum Company (CMOC), a área de nióbio e fosfatos da Anglo American no Brasil, por US\$ 1,7 bilhão.

A CBMM produz o metal em Araxá (MG) e tem jazidas exploradas no mesmo local. Há subsidiárias na Suíça, Singapura, Holanda e EUA e distribuidores na China, Japão, Índia e Rússia. A empresa vem investindo em terras raras.

O balanço mostra que seu patrimônio líquido fechou em R\$ 2,09 bilhões, 25% acima do de 2015. Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somavam R\$ 1,64 bilhão, 9,6% a menos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras está perto de acordo salarial com sindicatos

Quatro meses após iniciar as negociações salariais com os petroleiros, a Petrobras está mais próxima de chegar a um acordo com a categoria. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou ontem que os 13 sindicatos associados à entidade aprovaram, em assembleias, a última proposta apresentada pela estatal, que ofereceu um reajuste de 8,57%, retroativo a setembro.

O termo aditivo ao acordo coletivo será assinado hoje. Embora tenham chegado a um acordo com a Petrobras, os sindicatos prometem protestar contra o programa de venda de ativos da empresa e aprovaram estado de greve contra os desinvestimentos. Amanhã, as direções sindicais retomam a reunião do conselho deliberativo para debater um calendário de mobilizações.

O acordo coletivo proposto pela Petrobras, contudo, não é uma unanimidade entre as entidades sindicais. A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que reúne outros cinco sindicatos, diverge da FUP e tem se manifestado de forma contrária à proposta da petroleira.

A FNP pede um reajuste com ganho real e destaca que a Petrobras tem apresentado "propostas rebaixadas". A entidade também contesta a intenção da companhia de condicionar a nova proposta salarial à implementação da redução facultativa da jornada de trabalho.

No último dia 18, a empresa comunicou aos seus funcionários que a sua decisão de elevar a proposta salarial estava condicionada à aceitação, pelos sindicatos, da redução da jornada. A estatal propõe a implementação da redução opcional da jornada de trabalho, de oito para seis horas diárias, mediante redução de 25% da remuneração para os empregados do regime administrativo com horário flexível. A FUP nega que haja um acordo de contrapartidas.

A Petrobras acatou o pleito dos sindicatos de debater as regras da redução da jornada numa comissão de regimes de trabalho, mas definiu um prazo até 31 de março para que as partes cheguem a um acordo sobre o assunto. A estatal informou que o ponto de partida das discussões, na comissão, será o regramento já apresentado pela própria empresa em dezembro. Caso não haja consenso até o prazo final, a redução será implementada a partir de abril "com base na última versão [das regras] definida pela comissão, até que haja um acordo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andrew Ward

Título: Shell investe em refino e distribuição

Em cima da mesa de John Abbott em seu escritório em Londres está o inconfundível "nariz" de uma Ferrari de Fórmula 1 com o logotipo da Royal Dutch Shell estampado. O patrocínio da escuderia é a parte de alta visibilidade das operações de comercialização da Shell, que o inglês de 56 anos administra como diretor da área de refino e abastecimento do grupo anglo-holandês.

O enfeite em fibra de carbono serve de recado, não muito sutil, para os visitantes: esta foi a área da Shell que continuou em alta velocidade enquanto o resto do grupo sofreu com os baixos preços do petróleo nos últimos dois anos.

"Estivemos focados em obter um nível muito maior de desempenho deste lado dos negócios", disse Abbott, em entrevista antes do "período de silêncio" que proíbe declarações prévias ao anúncio de balanços. A divulgação dos resultados anuais da Shell está marcada para a esta semana.

O balanço vai revelar até que ponto a Shell depende de sua divisão de refino para manter o caixa - e os dividendos - fluindo, como vem acontecendo desde a queda dos preços do petróleo em 2014.

Analistas projetam um lucro em torno a US\$ 7,61 bilhão para essa divisão, que também é conhecida como "downstream" e reúne as áreas de produtos químicos, de refino e de comercialização. Em comparação, preveem prejuízo de

US\$ 2,53 bilhões para a divisão de exploração e produção, conhecida como "upstream".

A maré pode estar começando a mudar. A recuperação parcial dos preços do petróleo dá fôlego para a receita das operações de exploração e produção. Por sua vez, as margens de lucro de refino ficam pressionadas com o aumento no custo dos insumos. Ainda assim, analistas acreditam que as operações de "downstream" vão continuar sendo a divisão mais lucrativa da Shell neste ano, o que reforça as justificativas a favor do modelo das grandes petrolíferas de ter presença em toda a cadeia de negócios, da plataforma de perfuração à bomba de gasolina.

"Em uma empresa integrada de petróleo, você aprende que o valor pode deslocar-se para cima e para baixo ao longo da cadeia", disse Abbott. "Mas o 'downstream' é um motor constante de dinheiro para pagar dívidas, pagar dividendos e financiar o crescimento."

Veterano de 36 anos na Shell, onde entrou logo depois de formar-se em engenharia química na Birmingham University, Abbott assumiu o comando das operações de pós-produção quando o ocupante anterior do cargo, Ben van Beurden, se tornou executivo-chefe do grupo em 2013.

Abbott aumentou o retorno sobre o investimento ao desfazer-se de operações menos lucrativas e direcionar o foco a produtos de alto valor agregado e a mercados de alto crescimento.

O negócio mais recente foi anunciado no dia 22, quando a Shell vendeu por US\$ 820 milhões sua participação em um empreendimento conjunto petroquímico na Arábia Saudita para a Saudi Basic Industries. Em dezembro, havia saído de outra joint venture, a Showa Shell, que opera na área de refino no Japão, vendendo sua participação por US\$ 1,4 bilhão. Outra venda sendo negociada é a participação na refinaria Motiva, empreendimento conjunto entre Shell e Saudi Aramco nos Estados Unidos.

Esses negócios fazem parte de uma iniciativa mais ampla da Shell para levantar US\$ 30 bilhões por meio da vendas de operações até 2018, com a ideia de reduzir o endividamento após a aquisição do BG, por US\$ 50 bilhões, concluída em 2016.

Abbott disse que o programa de venda de refinarias se aproxima do término e vai deixar a Shell com uma carteira de operações mais produtivas e dinâmicas. A capacidade de produção foi reduzida em 20% nos últimos dez anos, mas a geração de caixa aumentou 23%.

O balanço patrimonial da Shell continua pressionado depois da compra da BG, mas Abbott tem licença para investir em atividades com potencial de alto crescimento. Três grandes projetos químicos, dois nos EUA e um na China, receberam sinal verde em 2016.

A demanda mundial por produtos químicos cresceu entre 3% e 4% ao ano nos últimos dez anos, o dobro do consumo de petróleo. Abbott prevê continuidade nessa tendência. "O que impulsiona a demanda por produtos químicos são as pessoas passando para a faixa da classe média [nos países emergentes]", afirmou citando a variedade de produtos fabricados com insumos químicos, que vão desde detergentes até telefones celulares.

A substituição do aço por plástico e o maior uso de materiais compostos em várias indústrias, como as de carros e aviões, vem trazendo um novo impulso. A Shell espera que esse crescimento nos produtos químicos industriais venha a ajudar a compensar o enfraquecimento previsto na demanda por petróleo em meio à ascensão dos veículos elétricos e do uso de outros combustíveis alternativos.

A comercialização é outra área na qual Abbott vê oportunidades de investimento. Produtos especiais, como o combustível V-Power e o óleo para motor Helix, vêm mostrando forte crescimento, de forma que o executivo pretende fortalecer a rede de varejo da Shell, de 43 mil postos de gasolina.

Em dezembro, a BP acertou a compra de mais de 500 postos na Austrália por US\$ 1,3 bilhão, sinal da retomada no interesse das grandes petrolíferas por redes de varejo. Abbott identificou a Indonésia, a Rússia e o México como mercados nos quais a Shell gostaria de ter maior presença e que poderiam se somar à expansão já em andamento na China e Índia.

Dos cinco maiores grupos petrolíferos do mundo, três são comandados por homens cuja experiência pende mais para o refino. É o caso de Patrick Pouyanné, da Total, e Darren Woods, o recém-indicado sucessor de Rex Tillerson na ExxonMobil, além de Van Beurden, da Shell.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Usinas reduzem vendas de etanol em janeiro

As vendas de etanol hidratado (que compete com a gasolina nos postos) e as de etanol anidro (que é misturado à gasolina) no mercado interno na primeira metade de janeiro foram menores que no mesmo período de 2016.

As usinas do Centro-Sul venderam 437,7 milhões de litros de etanol hidratado de 1 a 16 de janeiro, um terço a menos que no mesmo período do ano passado. As vendas de etanol anidro recuaram 11%, para 392,8 milhões de litros, informou a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

A queda nas vendas de etanol hidratado já era esperada, dada a relação desfavorável entre os preços do biocombustível e os da gasolina nos postos. Como resultado, os motoristas têm trocado o etanol pela gasolina.

Os preços do etanol hidratado para os motoristas têm subido nas últimas semanas, mesmo com a queda dos preços pagos às usinas.

O indicador Cepea/Esalq para o hidratado, recebido pelas usinas, caiu por sete semanas seguidas, acumulando recuo de 6% no período (para R\$ 1,770 o litro na semana até 27 de janeiro).

Mas, no mesmo período, os preços médios em São Paulo (maior polo consumidor) acumularam alta de 3,9% até a semana móvel encerrada dia 28, quando ficaram em R\$ 2,792 o litro, conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A relação com o preço da gasolina subiu para 77%.

O recuo das vendas do etanol hidratado e mesmo do etanol anidro também ocorrem logo após a volta da incidência do PIS/Cofins sobre as vendas do produto. Segundo um trader que preferiu não se identificar, as distribuidoras anteciparam as compras no fim do ano passado e agora estão com estoques maiores na comparação anual. Com isso, a demanda junto às usinas tem sido mais fraca.

Esse mesmo trader também acredita que parte das vendas internas do etanol anidro tem sido substituída pela importação do produto, que tem ocorrido desde o último trimestre do ano passado.

Desde outubro, navios vêm encostando no litoral com etanol dos Estados Unidos, que chega a preços menores que os oferecidos pelas usinas. Parte desse etanol chegaria por tradings, que só negociam o produto com as distribuidoras quando a embarcação atraca nos portos. Dessa forma, esses dados de importação só aparecem nas estatísticas depois que o etanol é efetivamente comercializado.

MME / ASCOM